

TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO NA MESORREGIÃO SUL CEARENSE A PARTIR DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Tiago Cartaxo de Lucena ¹
Orientador Luiz Cruz Lima ²

RESUMO

Discute-se as transformações no espaço agrário a partir do projeto de transposição do rio São Francisco na mesorregião Sul Cearense, mediante a expansão capitalista demonstrada pela territorialização do capital, através da atuação de grandes empresas do agronegócio. A metodologia apresenta-se baseada em estudos de referências teóricas relacionados com a água, terra e território, incluindo ainda, as confecções de mapas temáticos, registros fotográficos e entrevistas com empresários do agronegócio e agricultores familiares. Ainda serão realizadas visitas aos órgãos públicos envolvidos com o objeto de estudo, no intuito de facilitar a compreensão da investigação, já que essas instituições disponibilizam dados necessários para o entendimento da realidade local. Pretende-se compreender as contradições do megaprojeto de infraestrutura e desvendar as indagações e inquietações existentes em relação à mercantilização dos bens comuns da natureza pelo agronegócio, evidenciando-se a resistência de agricultores familiares, que lutam pela terra, água e práticas baseada nos princípios agroecológicos na perspectiva de um território sustentável.

Palavras-chave: Transposição do Rio São Francisco; Territorialização das empresas do agronegócio; Agricultura familiar.

RESUMEN

Discute las transformaciones del espacio agrario a partir del proyecto de transposición del río São Francisco en la mesorregión sur de Ceará, mediante la expansión capitalista demostrada por la territorialización del capital a través de la actuación de grandes empresas del agronegocio. La metodología se basa en estudios de referencias teóricas relacionadas con el agua, la tierra y el territorio, incluyendo la creación de mapas temáticos, registros fotográficos y entrevistas con empresarios del agronegocio y agricultores familiares. También se realizarán visitas a los órganos públicos relacionados con el objeto de estudio, con el fin de facilitar la comprensión de la investigación, ya que estas instituciones proporcionan los datos necesarios para entender la realidad local. El objetivo es comprender las contradicciones del megaproyecto de infraestructura y desvelar las preguntas y preocupaciones existentes sobre la mercantilización de los bienes comunes de la naturaleza por parte del agronegocio, destacando la resistencia de los agricultores familiares que luchan por la tierra, el agua y las prácticas basadas en principios agroecológicos desde la perspectiva de un territorio sostenible.

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceara - CE, tiago.cartaxo@aluno.uece.br;

² Professor orientador: Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo - SP, cruzlima@uece.br.

Palavras-chave: Transposição do rio São Francisco; Territorialização de las empresas del agronegocio; Agricultura familiar.

INTRODUÇÃO

O projeto de transposição do rio São Francisco trata-se da maior obra hídrica do Brasil, perfazendo 477 quilômetros de extensão. O projeto é composto pela construção de canais para irrigação, estações de bombeamento, reservatórios, linhas de transmissão e subestações de energia (BRASIL, 2020). Tem como objetivo garantir a segurança hídrica de mais de 12 milhões de pessoas dos 390 municípios dos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, através da integração de bacias hidrográficas, amenizando a escassez e a irregularidade das chuvas na região semiárida do Nordeste (OLIVEIRA, 2010).

Sobre esse projeto há críticas em relação ao término da obra, pois foi iniciada em 2007, com previsão de conclusão em 2012. Tendo sido prorrogada para 2015, e, no entanto, ainda não sendo concluída em 2023. Além das sucessivas prorrogações de conclusão da obra, houve aumento significativo do orçamento, pois a previsão inicial seria de R\$4,5 bilhões, mas em 2023 teve investimento de aproximadamente R\$15 bilhões (BRASIL, 2020).

Como a construção da maior obra hídrica da América Latina, esse projeto foi marcado por intensos debates, conflitos e mobilizações sociais, além das transformações territoriais e dos desafios da gestão dos recursos hídricos na região semiárida, que segundo Petrella (2002), esse projeto está relacionado aos interesses dos “senhores da terra” que também vão ser os “senhores da água”, fortalecendo a elite regional.

Assim, muito embora a motivação do Estado para a realização da obra da transposição do rio São Francisco tenha sido o direcionamento das águas para atender os 12 (doze) milhões de nordestinos do semiárido que sofrem com a falta de água, as evidências demonstram que o objetivo é favorecer os grandes projetos do agronegócio, inacessíveis às comunidades de agricultores familiares da mesorregião do Sul Cearense e assim, em oposição à primazia do desenvolvimento social, atender, primordialmente, aos fins econômicos (COELHO, 2005).

O projeto da transposição se materializa, em território nacional, na mesma perspectiva de fortalecimento e ampliação do poder das empresas nacionais e transnacionais do agronegócio. Essas elites são favorecidas pela infraestrutura disponibilizada pelo Estado que constitui um instrumento de reafirmação política das novas oligarquias das regiões envolvidas, usando dinheiro público e poder para valorizar o patrimônio e reafirmar sua prevalência política através do mercado que a água e a terra proporcionam.

Este processo tem modificado de forma radical a estrutura hídrica e territorial, além da dinâmica agrária mediante o projeto da transposição do Rio São Francisco e a territorialização das empresas do agronegócio para a reprodução do grande capital. Esses conjuntos de transformações proporcionam compreender a nova configuração territorial, o serviço do desenvolvimento do setor agrário e a acumulação capitalista do agronegócio.

Tornou-se, nos últimos anos, uma obra na qual as evidências demonstram que o objetivo é favorecer os grandes projetos das empresas do agronegócio, de modo a tornar a água inacessível às comunidades de agricultores familiares da região Nordeste (SUASSUNA, 2010). O projeto da transposição do rio São Francisco é multidisciplinar, envolvendo aspectos não somente técnicos de engenharia, mas também sociais, econômicos, institucionais, ambientais e, principalmente, de gerenciamento de recursos hídricos (LIMA, 2005).

Observa-se que a atuação do Estado capitalista na efetivação de reconfiguração das estruturas e conjunturas contribui para a expansão do capitalismo agrário através da territorialização de empresas do agronegócio e, conseqüentemente, o avanço desigual da estrutura fundiária, com o aumento do mercado de terras (CAVALCANTE, 2020). A implementação do projeto de transposição do rio São Francisco na mesorregião Sul Cearense, de certa maneira, tem fomentado conflitos, envolvendo o capital agrário das empresas do agronegócio e os agricultores familiares.

Portanto, é importante enfatizar que este grande projeto tem como eixo fundante a violência do Estado capitalista contra os agricultores familiares, compreendendo a expansão capitalista e as transformações no campo através da territorialização das empresas do agronegócio, como também o mercado da terra e a concentração da estrutura fundiária na região, as relações da transposição do rio São Francisco como política agrária para o mercado de terras.

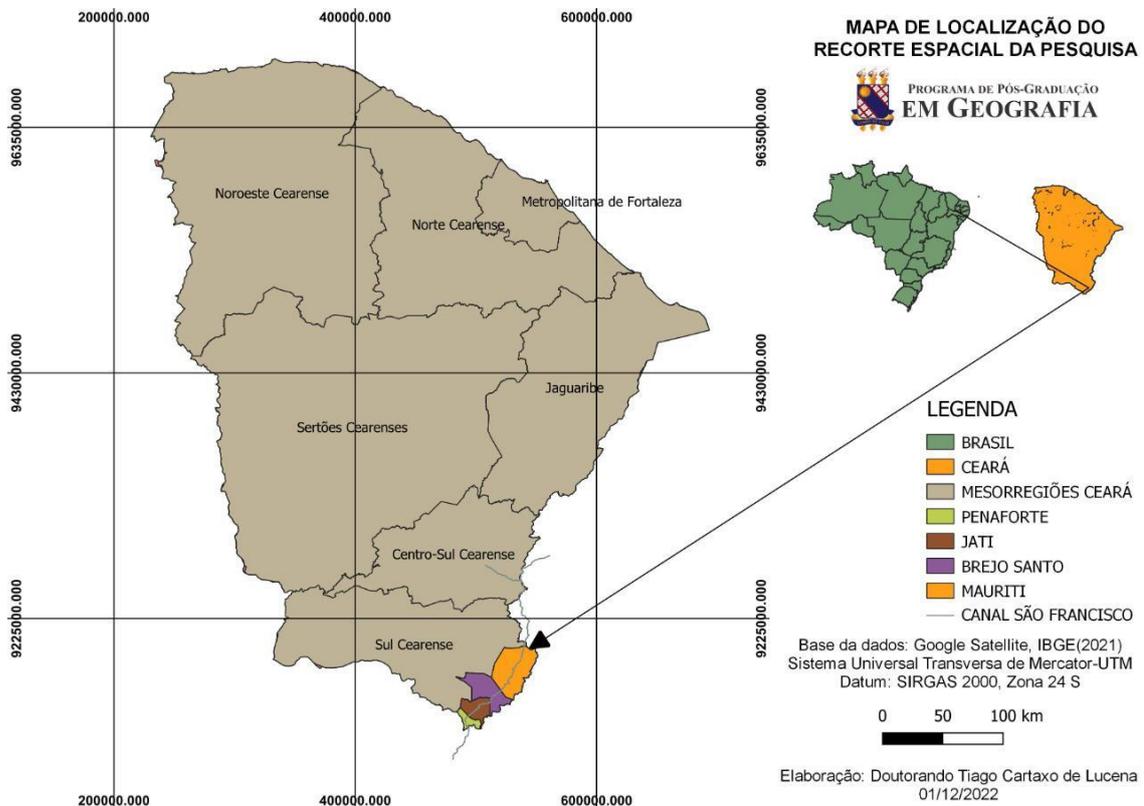
METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos da pesquisa, ainda em caráter inicial, foram realizados estudos teóricos relacionados às contradições do megaprojeto de infraestrutura da transposição do rio São Francisco, Ab'Saber (2005), Alves Filho (2008) e Barbosa (2010), entre outros autores buscando compreender os interesses, relações, negociações, expropriações, conflitos entre as empresas do agronegócio e agricultores familiares, luta pela terra e pelo território e a resistência ao capital agrário das empresas do agronegócio e ao aquecimento do mercado da

terra nos municípios da Mesorregião Sul Cearense, possibilitando o entendimento da realidade local, a partir do método da pesquisa participante (BRANDÃO, 2006).

A pesquisa tem como delimitação espacial os municípios que formam a Mesorregião Sul cearense, que se encontram no percurso do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco. Assim, muito embora a Mesorregião seja formada por 25 municípios, o universo desta pesquisa restringe-se aos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo e Mauriti, onde existe o projeto da transposição do rio São Francisco, conforme Mapa 1.

Mapa 1. Mapa de localização do objeto de estudo.



Fonte: Autor, 2022.

Sendo assim, a motivação para este estudo é compreender essa Geografia do capital agrário, as empresas do agronegócio, aumento no preço do mercado da terra, contradições no campo e sua nova dinâmica espacial com as transformações marcadas por profundas disputas territoriais, expropriação, expulsão e relações de agricultores familiares de produção na área de influência na Mesorregião Sul cearense, a partir do projeto de transposição do rio São Francisco nos municípios de Penaforte, Jati, Brejo Santo e Mauriti, no Estado do Ceará.

A pesquisa de campo foi dividida nas seguintes etapas: a) contato com as famílias; b) reconhecimento da área de estudo com observações que permitiram o planejamento de pesquisa; c) entrevistas com representantes institucionais; d) aplicação de questionário

visando obter informações da nova reestruturação socioespacial, a expansão acumulativa de capital, a territorialização das empresas agrícolas, os conflitos socioterritoriais, a expropriação, lutas e resistências dos camponeses por terra e água, já que perderam seus bens naturais a partir de ações coordenadas tanto pelo Estado quanto pelo capital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Esse projeto da transposição do rio São Francisco tem realizado uma intensa desterritorialização, com isso ocasionando mudança de hábitos e valores na reterritorialização das famílias, pois estavam familiarizadas com a terra onde viviam com afetividade, identidade e pertencimento.

Fica evidente que o território, como território de vida, foi modificado e atingiu famílias de vários lugares do entorno do projeto. Essas famílias reassentadas passaram a conviver na mesma área, e com isso tiveram que se adaptar a novos costumes, hábitos, experiências e vivências. Essa dinâmica dialoga com a noção de des-re-territorialização proposta por Haesbaert (2004).

Na verdade, essa obra hídrica tem modificado o território na monopolização econômica das empresas do agronegócio, por estas razões, os agricultores familiares foram desterritorializados, perdendo de forma efetiva a questão da afetividade, vivências, práticas, experiências cotidianas, qualidade de vida digna e seus territórios vividos.

Destaca-se que o canal da transposição passa pelos municípios de Jati, Penaforte, Brejo Santo e Mauriti, atingindo famílias de vários lugares do entorno do projeto. Essas famílias impactadas foram reassentadas e passaram a conviver na mesma área, e com isso tiveram que se adaptar a novos costumes, hábitos, experiências e vivências. Tal processo dialoga com a noção de des-re-territorialização proposta por Haesbaert (2004).

Pode-se afirmar que a lógica do território apropriado pelo capital, a partir da apropriação de recursos naturais como terra e água, ocasiona processos de disputas territoriais, através da concentração de terras, na desigual estrutura fundiária, na expropriação da agricultura familiar, na apropriação da renda da terra ocasionando o aumento do preço da terra e diferentes formas de acesso à água.

Na agricultura empresarial, o território neoliberal é marcado pela dinâmica de (re)produção capitalista, e por profunda exploração econômica com existência concreta de violência no campo. Nessa perspectiva, há uma intensa exploração dos recursos naturais com a



erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos, a concentração de terras e exploração das pessoas com um processo de extrema exclusão na sociedade.

A realidade que vemos na mesorregião sul cearense está fortalecendo a expansão do capitalismo, através do planejamento da região com as construções de infraestruturas hídricas, viabilizadas pela transposição do rio São Francisco, Ramal de Salgado e Cinturão das Águas do Ceará, garantindo a segurança hídrica para atividades econômicas, pautadas nas aquisições de terras baratas, solos com potenciais produtivos e com abundância de água nos aquíferos, favorecendo a construção de poços profundos, com isso, tem ocasionado atração de empresas do agronegócio e efetivado uma mudança na dinâmica agrária.

Existe um processo em curso nas últimas décadas na Messorregião sul cearense, esse território está sendo privilegiado para instalações de empresas e reprodução capitalista do agronegócio, ocasionando a concentração hídrica e fundiária, esse modelo excludente do capital está efetivando a injustiça social no modo de vida dos agricultores familiares.

Assim, a concentração de terras também se configura na apropriação das águas, uma dinâmica de instalação de grandes objetos técnicos a partir da infraestrutura hídrica, observamos a atuação de empresas do agronegócio na Messorregião sul cearense, como os empreendimentos: Paraíso Verde, Gaúcho, Sávio Bringel, Fazenda Ribeirão, o que se percebe é o fortalecimento dos interesses do capital, em detrimento da produção familiar e qualidade de vida no campo.

Figura 1. Fazenda Paraíso Verde, no Distrito São Miguel, Mauriti-Ce, localizada a 300m do canal da transposição.



Fonte: Autor, 2022.

Devemos ter isso em mente, ao pensar nas transformações dos territórios através das alianças entre o Estado neoliberal e o capital agrário, efetivando mudanças estruturais a partir do modelo produtivo do agronegócio com extensas áreas de monoculturas de produção em larga escala para exportação, com uso em grandes quantidades de recursos hídricos.

Essa lógica da apropriação da natureza é responsável por aprofundar as gritantes desigualdades socioterritoriais na Mesorregião sul cearense. A concentração fundiária/hídrica na Mesorregião sul cearense é evidenciada com desigualdades regionais, injustiças sociais e hídricas, sendo nítida a apropriação capitalista pelas empresas do agronegócio. Esse sistema obtém lucratividade através da disponibilidade hídrica, solos férteis, utilização de inovações técnico-científicas e agronômicas e sistemas de irrigação modernizados, são mecanismo fundamental para o desenvolvimento dessa atividade e obter lucratividade.

A aliança entre o Estado e a territorialização do capital agrário, inserido em conjunto de políticas públicas e econômicas favoráveis ao desenvolvimento da Mesorregião sul cearense, está privilegiando e apoiando a territorialização das empresas do agronegócio, que está marcando fortemente na configuração socioterritorial relacionada com a economia global, nesse sentido, compreende “[...] uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 144).

A partir da compreensão dessa lógica perversa do Estado neoliberal e do capital agrário, que influencia as decisões políticas para obter vantagens: acesso a recursos financeiros, incentivos fiscais, facilidade nas licenças ambientais, criações de campus de universidades com cursos na área agrária, construção e reforma de rodovias, ferrovias para escoamento da produção, construções de portos secos, construções de rede hídrica com canais e barragens, todas essas vantagens estão direcionadas para a expansão e acumulação do capital na Mesorregião sul cearense.

Sob essa lógica, as relações dos agentes hegemônicos, atualmente, estão transformando o território dos agricultores familiares através da ciência, informação e tecnologia, na territorialização do capital, que na análise de Santos (1996, 2009) é definido como técnico-científico-informacional, fica evidente que existe mudança na dinâmica produtiva modificando as relações socioterritoriais na Mesorregião sul cearense com o novo modelo produtivo para a acumulação do capital no campo.

Ao compreender o avanço da territorialização do agronegócio e concentração agrária/hídrica a partir das relações das forças produtivas, é notório o processo de produção do território do capital, que está ocasionando mudança da conjuntura agrária na região, a partir do



mercado de terras, expansão de grandes áreas irrigadas, com viabilidade de ter êxito, pois existe uma grande disponibilidade hídrica, com isso, houve um crescimento exponencial da implantação de empresas do agronegócio na Mesorregião sul cearense.

Nesse sentido, observamos a atuação da hegemonia do capitalismo com a expansão do agronegócio rapidamente na Mesorregião sul cearense, modificando fortemente com implicações na agricultura familiar “no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas” (SANTOS, 2009, p.304).

Portanto, considerando as transformações efetivadas no campo pela transposição do rio São Francisco, através da expropriação e reassentamento de camponeses e com a territorialização de empresas do agronegócio, compreende-se que a expansão capitalista e seus impactos na mesorregião Sul Cearense têm contribuído com um processo que, de um lado, acentua a exploração, expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais e camponeses, e de outro, acentua as lutas e resistência dos camponeses e mobilizações dos movimentos sociais no campo. Isso denota o cenário de conflito e conflitualidade implementado na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que foram poucos os avanços voltados para a questão da sustentabilidade social, econômica e política institucional nas ações de decisões públicas com relação à gestão das águas da transposição, gerando uma gama de conflitos econômicos e sociais. Também, pela concentração hídrico-fundiária mediante a expansão da territorialização das empresas do agronegócio que tem deixado profundas marcas em curso nos sujeitos e nos territórios, alterando as relações sociais de produção.

Este processo tem modificado de forma intensa a estrutura hidroterritorial da região, além da dinâmica agrária, mediante o projeto da transposição do Rio São Francisco e a territorialização das empresas do agronegócio para a reprodução do grande capital. Essas dinâmicas proporcionam compreender a nova configuração territorial, o desenvolvimento do setor agrário e a acumulação capitalista no campo, possibilitados a partir da transposição.

Nessa perspectiva, entende-se que a construção do canal da transposição do Rio São Francisco e a territorialização de empresas do agronegócio tem ocasionado um impacto direto aos territórios camponeses, diante da inexistência de diálogo com os habitantes das localidades, ou seja, sem direito de serem escutados e respeitados, através do agravamento dos conflitos por terras/águas, que passam a ser apropriados aos interesses de poucos, em detrimento do interesse coletivo das comunidades camponesas.

Portanto, se faz necessário construir alternativas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável da região, que vise a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos camponeses afetados pela transposição do rio São Francisco por meio do modelo produtivo agroecológico para resistência ao capital agrário.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. A quem serve a transposição?. **Folha de São Paulo** – Tendência e Debates – 20/02/2005.

ALVES FILHO, João (Org.). **Toda a verdade sobre a Transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

BARBOSA, E. K. **O Projeto de Transposição do rio São Francisco e o Contexto das Políticas de Desenvolvimento para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco: Entenda o Projeto**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **As firmas tomaram conta de tudo: território, agronegócio e questão agrária**. Curitiba: CRV, 2020.

COELHO, M. A. T. **Os descaminhos do São Francisco**. Paz e Terra: Petrópolis, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LIMA, Luiz Cruz. Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 17, p. 94-100, 2005.

OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro. **Águas do Ceará: política pública de territorialidades conflituosas**. 2010. 218f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

PETRELLA, R. O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.



XV
ENAN
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SUASSUNA, João. **Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil real.** São Paulo: Porto de Ideias, 2010.